

PLANO DE MANEJO FLORESTAL RESUMO PÚBLICO





Sumário

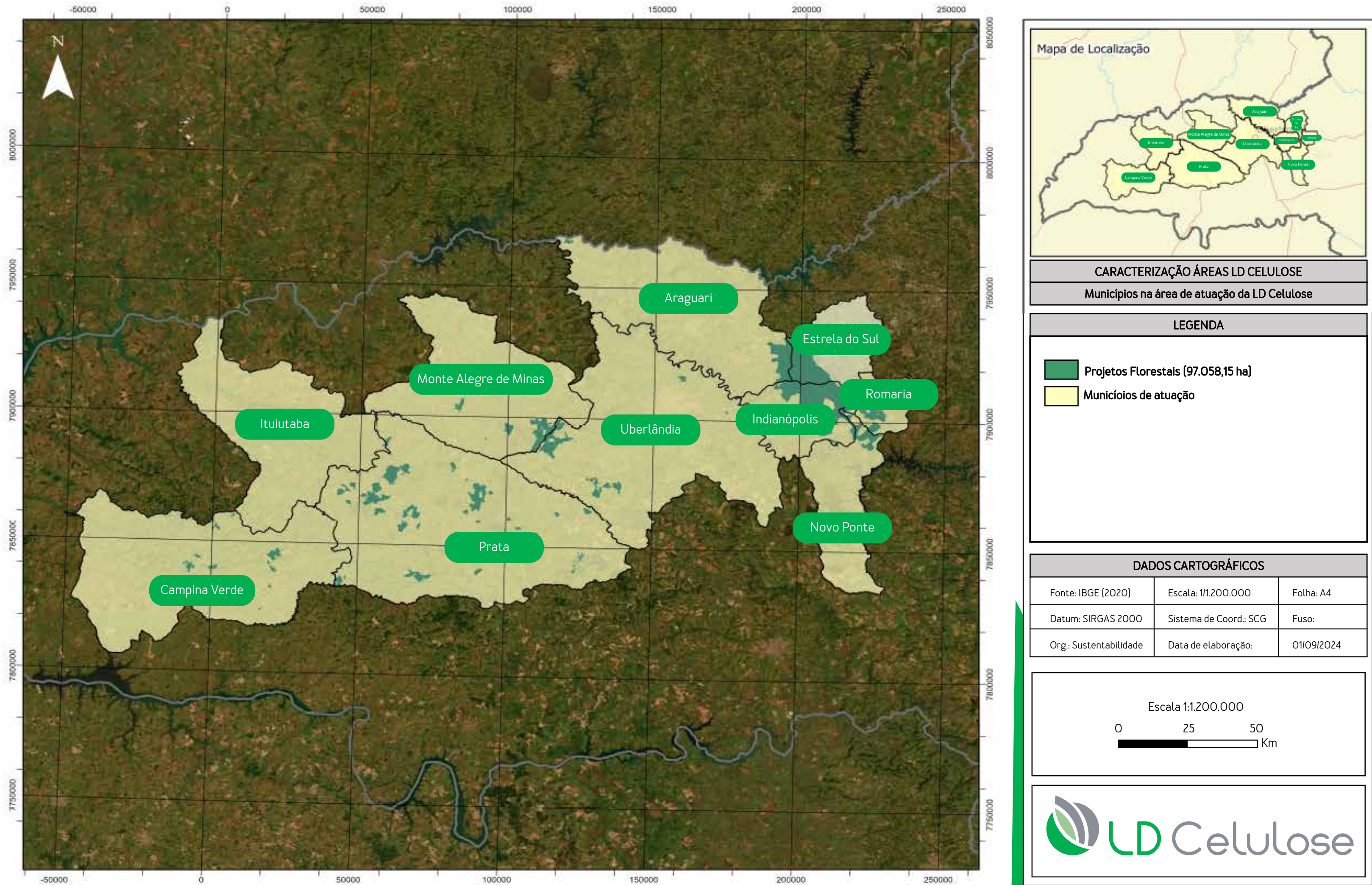
01	Introdução	05
02	Objetivos do Plano de Manejo	07
03	Políticas	08
04	Atendimento à legislação	09
05	Contexto regional	10
06	Áreas manejadas	11
07	Programas ambientais	14
08	Planejamento Florestal	20
09	Operações do Manejo Florestal	21
10	Manejo Integrado de Pragas e Doenças (MIPD)	24
11	Incêndios Florestais	25
12	Gestão ambiental	26
13	Políticas de Químicos	28
14	Aspectos socioeconômicos	29
15	Gestão de saúde e segurança ocupacional (SSO)	32
16	Monitoramentos e Avaliações	33
17	Cadeia de Custódia	36

Sobre a LD Celulose S.A.

A LD Celulose S.A. é uma joint venture entre a austríaca Lenzing e a brasileira Dexco, sendo uma das maiores fábricas de celulose solúvel do mundo. Localizada no Triângulo Mineiro, fica entre os municípios de Indianópolis e Araguari. Possui capacidade de produção de 500 mil toneladas de celulose solúvel por ano, além de geração própria de energia limpa. A celulose solúvel produzida na LD é utilizada na indústria têxtil, gerando tecidos com inovação, sustentabilidade e alta tecnologia.

A LD Celulose adota as melhores tecnologias disponíveis na implantação da fábrica, não só no processo produtivo sustentável, mas também nas soluções que buscam a redução, de emissões ao meio ambiente.





Onde estamos?

As áreas florestais que fazem parte do manejo florestal da LDC estão distribuídas em 9 municípios da região do Triângulo Mineiro.

- Indianópolis
- Araguari
- Estrela do Sul
- Romaria
- Nova Ponte
- Uberlândia
- Prata
- Monte Alegre
- Campina Verde

Figura 1: Mapa da área de influência da LDC nos municípios da região

01 INTRODUÇÃO

O Resumo Público do Plano de Manejo Florestal da LD Celulose S.A. tem o objetivo de informar às partes interessadas e afetadas e a sociedade sobre as operações florestais, engajamento social, comprometimento com o meio ambiente e a busca de práticas para garantir que o processo seja sustentável. Este documento baseia-se nos Princípios e Critérios de certificação florestal do FSC® (Forest Stewardship Council®) - FSC-C165948 e descreve os objetivos, responsabilidades e práticas para adoção do manejo florestal responsável.

A LDC distingue a certificação como um importante instrumento de mudança e melhoria da sociedade da qual faz parte. Suas atividades fundamentam-se no manejo florestal em padrões do FSC que definem práticas ambientalmente adequadas, socialmente benéficas e economicamente viáveis de modo a respeitar as especificidades ambientais e as comunidades e vizinhos das áreas de influência do seu empreendimento.

A reconhece e se compromete em seguir os Princípios e Critérios da Certificação FSC em todas as etapas do Manejo Florestal desenvolvidas nas suas Unidades de Manejo Florestal (UMF).

Resumo público do Plano de Manejo Florestal (PMF)

Os critérios a serem abordados na elaboração e na atualização deste Resumo Público do PMF são verificados anualmente ou quando ocorrer alteração relevante no processo operacional, administrativo ou em outro método que modifique a estrutura de trabalho da empresa.

O resumo público do PMF tem por objetivo mostrar para a população as práticas responsáveis adotadas no manejo florestal e as formas de gerenciar os impactos ambientais, sociais e econômicos, bem como as alternativas de prevenção ou mitigação de eventuais efeitos adversos.

Para as populações do entorno da UMF, o resumo público pode ser distribuído de forma impressa e com linguagem apropriada. Este resumo público do PMF refere-se às informações das UMFs certificadas.

Este Resumo do Plano de Manejo Florestal está disponível ao público e às partes interessadas da . Ele pode ser encontrado em formato digital no site da empresa www.ldcelulose.com.br. Para os colaboradores, o documento também está disponível no sistema de gestão e controle de documentos denominado Greendocs.

A conta com uma ouvidoria para que suas partes interessadas e afetadas tenham um canal disponível para buscar informações sobre a empresa. As demandas são registradas e os assuntos direcionados para suas respectivas áreas responsáveis, para o devido tratamento e retorno. Para esclarecimento de dúvidas ou solicitação de informações entre em contato conosco através dos canais relacionados a seguir.

Telefone:

0800-0255062

E-mail:

faleconosco@lenzing.com

Website:

www.ldcelulose.com.br

Escritório Florestal:

Rodovia LMG 748

Km 29 – S/N – CEP: 38490-000

Indianópolis – Minas Gerais



02 OBJETIVOS DO PLANO DE MANEJO

Pelo aspecto econômico

Assegurar a produção de madeira para suprir a fábrica de celulose solúvel, a menor custo e nos padrões de qualidade requeridos pela indústria. Quando economicamente viável, outros produtos florestais poderão ser obtidos a exemplo de resina, madeira para serraria e madeira para energia em forma de toretes ou cavacos, bem como a realização de venda de madeira em pé.

Pelo aspecto socioeconômico

-  Gerar empregos diretos e indiretos na região e desenvolver o comércio local e de prestadores de serviço na região de atuação.
-  Engajar-se proativamente com comunidades afetadas e partes interessadas.
-  Assegurar a proteção, o bem-estar e a capacitação funcional das pessoas diretamente envolvidas nas atividades florestais da empresa.
-  Respeitar os direitos das comunidades das regiões de atuação da , mantendo canais para o diálogo e informação com partes afetadas e interessadas.

Pelo aspecto ambiental

Conservar o solo, a água, os recursos naturais necessários para a produção florestal e proteger os remanescentes nativos, a biodiversidade e o ar, mantendo procedimentos operacionais, pesquisas e ações cooperativas que contribuam para as boas práticas ambientais no manejo de plantações florestais.



Figura 2: Plantações da LDC

03 POLÍTICAS

Como parte do compromisso da de manter uma relação de transparência com todosos stakeholders e comunidade, disponibilizam-se documentos com as informações sobre as diretrizes seguidas pela empresa. Nesse sentido, as políticas da estão disponíveis no site da empresa [www.ldcelulose.com.br] e resumidas a seguir.

Política de Combate ao Assédio e Discriminação

A sustentabilidade é um valor central da e um aspecto fundamental em nossa estratégia corporativa. Abrange três dimensões PESSOAS, PLANETA e LUCRO, equilibrando as necessidades da sociedade, do meio ambiente e dos acionistas.

Política de Qualidade

O compromisso da empresa com a qualidade do produto e o atendimento dos nossos clientes são partes essenciais da nossa marca, ao lado da inovação e sustentabilidade.

Política de Sustentabilidade

Compromisso da empresa em relação às pessoas, o planeta e o lucro, equilibrando as necessidades da sociedade, do meio ambiente e dos acionistas.

Política de Direitos Humanos

Por uma cultura de segurança e um ambiente de trabalho sustentável para o benefício de todos os funcionários, de todas as comunidades locais em que operamos e de todos os parceiros.

Política de Segurança, Saúde e Meio Ambiente

Proteger as pessoas, preservando o patrimônio e o meio ambiente são pré-requisitos fundamentais para realizar nossos negócios.



04 ATENDIMENTO À LEGISLAÇÃO

A identificação dos requisitos legais aplicáveis à organização é realizada por meio de um sistema informatizado denominado Sistema Âmbito [Legal]. Esse sistema considera a avaliação dos requisitos legais federais, estaduais e municipais, aplicáveis ao negócio.

A legislação trabalhista, previdenciária, tratados ambientais e da OIT [Organização Internacional do Trabalho] são acompanhadas por meio de assessoria jurídica, com escritório de advocacia “Ferragut Muzel Advogados”. O registro e o acompanhamento de eventuais processos trabalhistas e devidas atualizações são realizados pelo sistema de gestão de contencioso Legal One. Já as demandas / dúvidas trabalhistas são respondidas e tratadas pela Ferragut Muzel por meio do SharePoint / Power BI da Ferragut Muzel.



05 CONTEXTO REGIONAL

A postura e as práticas adotadas pela empresa na sua gestão expressam a consciência e o entendimento do contexto no qual está inserida.

Perfil socioeconômico de áreas adjacentes

O entorno das fazendas, definido em um raio de 1000 metros, é ocupado por propriedades rurais de médio ou grande porte dedicadas à produção agropecuária ou fazendas florestais de silvicultura de pequenas empresas e produtores particulares. No interior das fazendas não existem comunidades ou concentrações populacionais.

As principais comunidades mais próximas da fazenda Nova Monte Carmelo são Dolearina, no município de Estrela do Sul e Santa Luzia, no município de Cascalho Rico.

Vale ressaltar a presença do Projeto de Assentamento Nova Tangará, localizado dentro do raio de 1000 metros da Fazenda Dona Olívia. Ainda que fora do raio de 1000 metros do entorno das fazendas, essas comunidades, quando aplicável, são caracterizadas socioeconomicamente e monitoradas quanto impactos e interdependências sociais pela área social.



06 ÁREAS MANEJADAS

As áreas arrendadas que fazem parte da unidade de manejo florestal da LDC estão distribuídas em 9 (nove) municípios na região do Triângulo Mineiro. A unidade industrial da empresa situa-se no município de Indianópolis, no Estado de Minas Gerais. À estrutura do complexo industrial soma-se a vantagem de uma localização privilegiada das Fazendas Nova Monte Carmelo, Brejão e Furnas, a uma distância média de 30 km das áreas de plantio de eucalipto. A tabela 1 mostra a distribuição atual das atividades florestais da LDC.

Existe ainda um segundo bloco de fazendas no escopo de certificação. Este bloco compreende as fazendas: Bosque, Caetés, Chammá, Dona Olívia, Hayumi, Juliana, Pai e Filho, Pryscilla, Rosana e São Luiz.

Uso do Solo	Certificada FSC	
	ha	%
Efetivo Plantio	48.155,00	76,4%
Áreas de Conservação	12.902,5	20,5%
Outros Usos	1.966,27	3,1%
Total	63.023,77	100,0%

Tabela 1: Uso da Terra

As plantações florestais da LDC estão estabelecidas em áreas já antropizadas, majoritariamente por pecuária e agricultura, não ocorrendo a conversão de áreas nativas para fins de reflorestamento. As normas do FSC não permitem conversão de florestas ou áreas nativas para fins de reflorestamento e outros usos após a data de 1º de dezembro de 1994. As análises de conversão são realizadas para as fazendas que perfazem o escopo de certificação FSC, assim como para toda nova fazenda a ser incorporada neste escopo. Essas avaliações são de responsabilidade da área de Meio Ambiente e Georreferenciamento.

Os plantios são projetados levando-se em consideração os elementos a seguir:

- a) **Clima:** Temperatura superior a 30°C, com longo período de estiagem.
- b) **Solos:** Granulometria arenosa, com baixa formação de matéria orgânica.
- c) **Pragas e doenças,** principalmente no período seco.
- d) **Incêndios florestais,** especialmente no período seco.
- e) **Proximidade** com áreas de agricultura e de pecuária intensivas.

Justificativa para o uso das espécies

Atualmente LDC possui em seu plantio os clones Eucalyptus grandis, Eucalyptus urophylla e Eucalyptus urograndis. No desenvolvimento e emprego de sua diversidade clonal (gênica) a LDC considera:

- a) Adaptação às condições ambientais, de solo, clima e biodiversidade.
- b) Produtividade.
- c) Fonte de madeira para diversos usos [celulose, serraria, energia].
- d) Fonte de produtos não madeireiros.
- e) Capacidade de reprodução e de melhoramento.

A definição de espécies a serem trabalhadas para qualquer região exige informações com base em resultados de pesquisas e experimentações conduzidas cientificamente. Trata-se de um processo, de médio e longo prazo, com etapas progressivas e imprescindíveis. No entanto, algumas etapas desse

trabalho, no curto prazo, foram atendidas por meio da soma de informações e observações de campo de plantios existentes em outras regiões.

A utilização de material genético com base em observações de campo tem apresentado resultados satisfatórios quando consideram-se as inúmeras variáveis que podem condicionar o sucesso dos plantios, além de se valer da alta plasticidade das espécies de eucalipto comumente utilizadas em plantios comerciais no Brasil. Essas escolhas, no entanto, não dispensam pesquisas e experimentações locais para identificação dos melhores clones para as diversas especificidades ambientais e utilização empresarial.

No caso da instalada Estado de Minas Gerais, foram considerados os aspectos a seguir para escolha do material genético:

- a) Plantios existentes na região.
- b) Tipos de solos.
- c) Tratos silviculturais.
- d) Diferentes espécies e clones.

- e) Procedência das mudas.
- f) Dados sobre produtividade.
- g) Resistência às pragas e doenças.
- h) Correlações entre espécies / clones e condições de solo e clima.
- i) Informações científicas disponíveis.
- j) Dados de empresas e informações de profissionais da região.
- k) Informações sobre qualidade da madeira de espécies/clones.
- l) Disponibilidade de materiais genéticos para melhoramentos.

Também foram introduzidos na região inúmeros clones, identificados e produzidos em regiões com condições edafoclimáticas semelhantes e caracterizados como híbridos de E. grandis e E. urophylla e, que comercialmente, passaram a ser denominados como E. urograndis.

Cultivo mínimo e espaçamento de plantio

O cultivo mínimo é um exemplo de prática silvicultural que tem uma abordagem conservacionista do solo, já que neste método de preparo, o revolvimento do solo é localizado apenas na linha ou na cova de plantio, oferecendo uma maior resistência às perdas de solo e água.

Nutrição florestal

Para emissão da recomendação de adubação e calagem de todas as fazendas da LDC consideram-se os resultados das análises de solo, a produtividade potencial esperada para a floresta e o aporte de nutrientes proporcionado pela manutenção dos resíduos de colheita na área (quando esta operação for realizada). A partir destas informações é feito o balanço nutricional entre a demanda de nutrientes pela floresta e a capacidade de suprimento do sítio (solo mais resíduos de colheita), gerando como resultado a quantidade de nutrientes que devem ser aportados.

Melhoramento florestal

O melhoramento florestal da LDC tem parceria com a equipe de especialistas da Dexco. O manejo das plantações florestais tem por objetivo principal obter madeira com características adequadas à produção industrial. Em virtude da criação da LDC, o programa de melhoramento vem sendo adequado para buscar também características favoráveis à produção de celulose solúvel.

Figura 3: Plantações da LDC

07 PROGRAMAS AMBIENTAIS

A LDC desenvolve programas ambientais voltados para manutenção da biota. Em parceria com instituições de ensino tem desenvolvido estudos e projetos importantes sobre a fauna.

EU CUIDO DA FAUNA

O Programa de avistamento de fauna “Eu Cuido da Fauna” reúne informações levantadas pelos colaboradores e visitantes nas áreas florestais da empresa e em áreas de conservação. Os registros feitos são informações importantes e fundamentais que ajudam a conhecermos a fauna local e planejarmos ações de proteção das espécies, identificação de espécies raras, ameaçadas de extinção, endêmicas, e com alta sensibilidade, bem como o direcionamento do estudo e espécies que serão consideradas como indicadores ambientais do manejo florestal.

O programa conta atualmente com mais de 300 registros e premia anualmente os colaboradores que mais enviaram registros e a melhor foto.



EU CUIDO DA fauna

CONHEÇA O NOVO PROGRAMA DA LD CELULOSE E SAIBA COMO PARTICIPAR

“Eu cuido da fauna” foi criado para monitorar os animais que aparecem nas áreas florestais da empresa e em áreas de conservação e fazer o registro dessas aparições. Esses dados são muito importantes para conhecermos a fauna local e planejarmos ações de proteção das espécies.



O QUE VOCÊ DEVE FAZER:

Sempre que avistar um animal nessas áreas, use o QR Code ao lado para enviar um registro para a equipe de meio ambiente da LD Celulose. Baixe o leitor de QR Code no seu celular e aponte a câmera para ele!





POR QUE O LOBO-GUARÁ?

O lobo-guará foi escolhido pela LD Celulose para simbolizar o programa Eu Cuido da Fauna, por ser uma espécie comum à nossa região e estar ameaçada de extinção. Lobos-guarás já foram vistos nas áreas florestais da LD Celulose. Portanto, fique atento!



PROGRAMA DE MONITORAMENTO DA FAUNA

A LDC está inserida no Bioma Cerrado, considerado o segundo maior bioma do Brasil por possuir alta biodiversidade e endemismo de espécies e alto grau de ameaça e pressão antrópica.

Pensando em conservação, a LDC desenvolve estudos dos principais grupos de fauna. O objetivo do programa é conhecer a fauna regional e caracterizá-la quanto a sua importância ambiental.

a)Avifauna

Durante as duas campanhas de levantamento da avifauna na área de influência das Fazendas NMC, Furnas e Brejão foram registradas um total de 224 espécies de aves. As espécies registradas estão em 22 ordens e 50 famílias (PIACENTINI et al., 2015).

Figura 4: Programa "Eu Cuido da Fauna"

A riqueza de espécies amostrada durante a campanha representa aproximadamente 25,93% da avifauna registrada para o Cerrado brasileiro (864 espécies) [SILVA, 1995a; KLINK; MACHADO, 2005; MARINI; GARCIA, 2005].

Segundo Silva & Bates (2002), das espécies registradas no presente estudo, oito são classificadas como endêmicas do bioma Cerrado, sendo elas: *Crax fasciolata* (mutum-de-penacho), *Herpsilochmus longirostris* (chorozinho-de-bico-comprido); *Clibanornis rectirostris* (cisqueiro-do-rio); *Antilophia galeata* (soldadinho); *Syndactyla dimidiata* (limpa-folha-do-brejo) *Myiothlypis leucophrys* (pula-pula-desobrancelha); *Cyanocorax cristatellus* (gralha-do-campo); e *Saltatricola atricollis* (batuqueiro). Isto demonstra que os fragmentos possuem recursos o suficiente para manter uma fauna específica e dependente delas. Por estarem associadas exclusivamente ao Cerrado, estas espécies sofrem com a fragmentação e supressão da vegetação nativa. Além disso, foram encontradas 76 espécies cinegéticas, agregando valor conservacionista às áreas amostradas.

b) Herpetofauna

Durante as sete campanhas de campo executadas até o momento, foram catalogadas 45 espécies da herpetofauna. Dezesseis espécies amostradas são endêmicas do Cerrado: *Barycholos ternetzi*, *Dendropsophus jimi*, *Boana lundii*, *Rhinella rubescens*, *Odontophrynus cultripes*, *Leptodactylus furnarius*, *L. sertanejo*, *Physalaemus centralis*, *P. nattereri*, *Proceratophrys moratoi*, *Pithecopus azureus*, *Pseudopaludicola* cf. *facureae*, *Bothrops pauloensis*, *M. atticolus*, *Xenopholis undulatus* e *B. moojeni* [Valdujo et al. 2012; Nogueira et al. 2019].

A herpetofauna presente na região da LDC possui alta plasticidade no uso do habitat e é composta por espécies comumente encontradas em áreas alteradas pelo homem sendo pouco exigentes habitando ambientes pouco heterogêneos.

c) Mastofauna

Durante as campanhas de monitoramento, foram registradas 19 espécies de mamíferos. Nove espécies registradas em campo estão presentes em listas de ameaças. O tamanduá-bandeira (*Myrmecophaga tridactyla*) está listado como ameaçado na lista global (IUCN 2023), nacional (MMA 2022) e estadual (COPAM 2010), todas na categoria “Vulnerável”. O tatu-canastra (*Priodontes maximus*) está classificado como “Em perigo” em Minas Gerais (COPAM 2010) e como “Vulnerável” no Brasil e em escala global (MMA 2022, IUCN 2023).

O lobo-guará (*Chrysocyon brachyurus*) está como "Quase Ameaçado" na lista da IUCN e "Vulnerável" no Brasil e Minas Gerais (COPAM 2010, MMA 2022, IUCN 2022). O cateto *Dicotyles tajacu*, a jaguatirica *Leopardus pardalis* e a onça-parda *Puma concolor* estão listados como “Vulnerável” na lista estadual (COPAM 2010). *Herpailurus yagouaroundi* está listado como "Vulnerável" no Brasil. *Akodon lindberghi* e *Oecomys cleberi* estão com “Dados Deficientes” na IUCN.

PROGRAMA DE MONITORAMENTO DA FLORA

O programa de monitoramento de flora visa identificar os fragmentos de vegetação nas fazendas Nova Monte Carmelo, Furnas e Brejão e seu entorno, presentes na bacia do Rio Paranaíba (formação florestal, formação savânica, formação campestre e afloramentos rochosos), para posteriormente levantar os planos de ação e medidas compensatórias para essas áreas, quando necessário.

No total dos estudos realizados foram amostradas 429 espécies da flora vascular durante a realização da Avaliação Ecológica Rápida (AER), distribuídas em 93 famílias. Duas espécies observadas encontram-se ameaçadas de extinção, a espécie arbórea *Apuleia leiocarpa* (garapa) em ambientes florestais e a espécie *Anemopaegma arvense* (catuaba) um pequeno arbusto verificado nas áreas de Cerrado sentido restrito, bem como na área de restauração ecológica na Fazenda Monte Carmelo. Quanto

à legislação do estado de Minas Gerais sobre as espécies imunes de corte, foram registradas *Caryocar brasiliensis*, *Handroanthus serratifolius*, *Handroanthus ochraceus* e *Tabebuia aurea*.

MONITORAMENTO HIDROLÓGICO

A LDC encontra-se em zona de cerrado e veredas. Adota-se o monitoramento hidrológico pelo método de avaliações qualitativas. Para o monitoramento dos recursos hídricos, são realizadas análises de água em pontos fixos nos corpos hídricos das unidades de manejo. Os resultados são acompanhados e comparados aos padrões de qualidade previstos na Resolução CONAMA 357/2005 e, caso haja desvios, a causa é investigada para a devida correção.

Os resultados apresentados até o momento são satisfatórios, sem alterações significativas que causem preocupação. A maioria dos dados se enquadra nos limites estabelecidos na Resolução

CONAMA 357/2005, com exceção de algumas análises pontuais, que se apresentaram ligeiramente superiores em relação aos padrões da referida legislação. Contudo, esses resultados estão associados às características geológicas e pedológicas da região (Ex.: parâmetro ferro dissolvido) e às características dos corpos hídricos monitorados, sendo ambientes lênticos (barramentos) em sua grade maioria, podendo interferir em parâmetros tais como o oxigênio dissolvido.

Área de alto valor de conservação

Em 1999 o FSC desenvolveu o conceito de Florestas de Alto Valor de Conservação para ser empregado na certificação do manejo de áreas florestais. De acordo com o Princípio 9 do padrão FSC, os manejadores florestais devem avaliar se o local de atuação possui ou não atributos de Altos Valores de Conservação

[AVCs], sendo eles atributos ecológicos excepcionais ou críticos, serviços de ecossistemas e funções sociais.

A Área de Alto Valor de Conservação (AAVC) da Fazenda Nova Monte Carmelo foi estabelecida em função dos critérios adotados pela Dexco, pois estava sob sua gestão. Contudo, a LDC decidiu prosseguir com os mesmos critérios após avaliação.

Com base nestes critérios, a presença de uma espécie endêmica da herpetofauna (Pseudopaludicola facureae) na Fazenda Nova Monte Carmelo caracterizou o local de sua ocorrência como AAVC de categoria 1.

CATEGORIAS DE AAVC	
AAVC 1	Diversidade de Espécies Diversidade de espécies. Concentrações de diversidade biológica incluindo espécies endêmica, raras, ameaçadas ou em perigo de extinção, significativas em nível global, regional ou nacional.
AAVC 2	Ecossistemas e mosaicos em nível de paisagem Ecossistemas e mosaicos de ecossistemas extensos em nível de paisagem, significativos em nível global, regional ou nacional, contendo populações viáveis da grande maioria das espécies de ocorrência natural em padrões naturais de distribuição e abundância.
AAVC 3	Ecossistemas e habitats Ecossistemas e habitats. Ecossistemas, habitats ou refúgios de biodiversidade raros, ameaçados ou em perigo de extinção.
AAVC 4	Serviços ecossistêmicos Serviços ambientais críticos. Serviços ambientais básicos em situações críticas, incluindo proteção de mananciais e controle de erosão em solos vulneráveis e vertentes.
AAVC 5	Necessidades de comunidades Necessidades de comunidades. Áreas e recursos fundamentais para atender necessidades básicas de comunidades locais, populações indígenas pu populações tradicionais (subsistência, alimentação, água, saúde, etc), científicas em cooperação com estas comunidades ou popualções.
AAVC 6	Valores Culturais Valores culturais. Áreas, recursos, habitats e paisagens de especial significado cultural, arqueológico ou histórico em nível global ou nacional, e/ou de importância cultural, ecológica, econômica ou religiosa crítica para a cultura tradicional de comunidades locais, poupulações indígenas ou populações tradicionais, identificadas em cooperação com estascomunidades ou populações.

Figura 5: Categorias do AAVC

A AAVC descrita está localizada na UMF Fazenda Nova Monte Carmelo e totaliza uma área de monitoramento de 955,97 hectares.

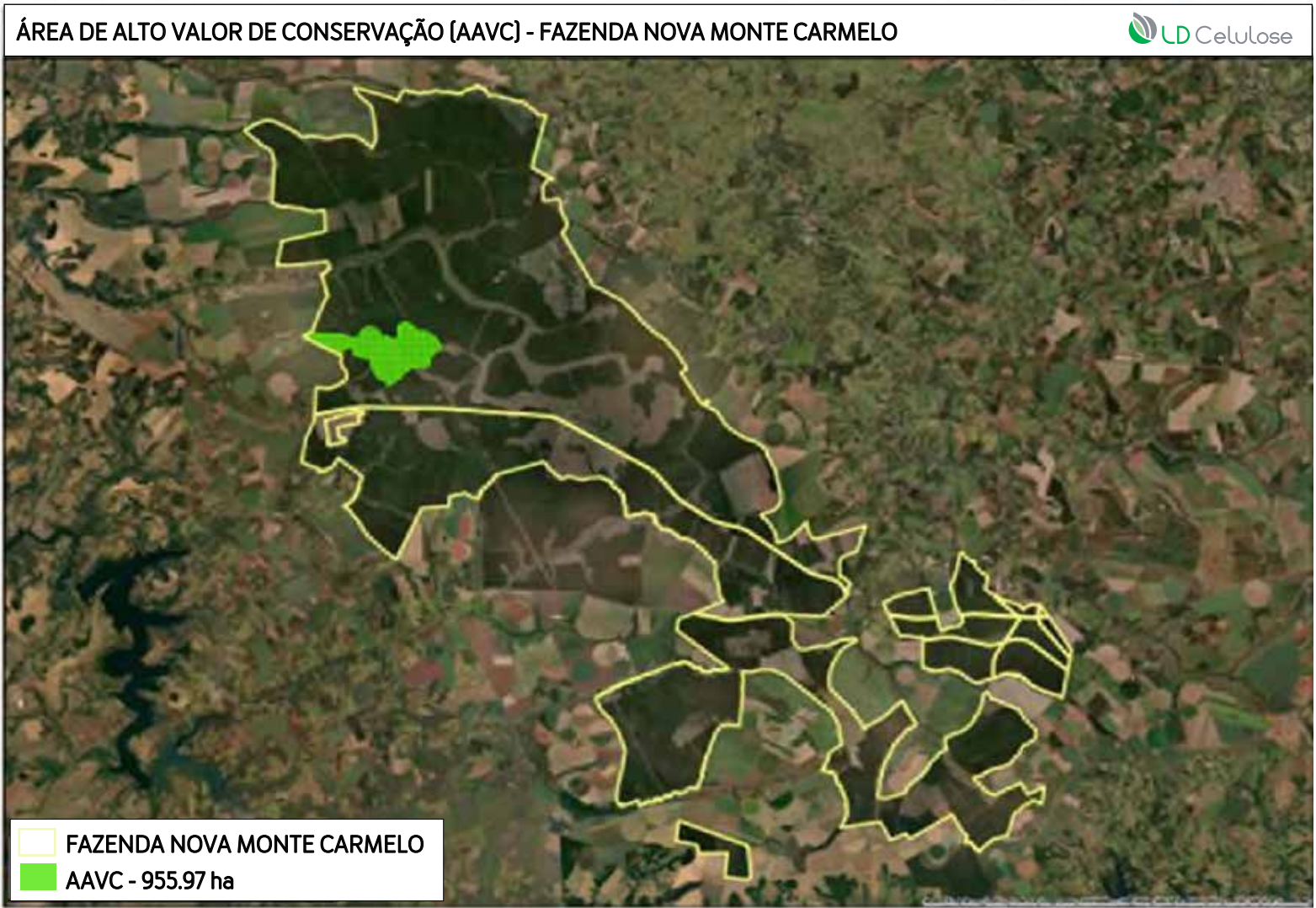


Figura 6: AAVC [AVC 01] na fazenda Nova Monte Carmelo



Figura 7: Pseudopaludicola facureae

Sempre que houver novos estudos ou a inclusão de novas áreas, haverá revisão nos critérios e o monitoramento será revisto para inclusão de novas espécies.

ATRIBUTO	AMEAÇA	PROTEÇÃO	MONITORAMENTO
Espécie endêmica da Herpetofauna: Pseudopaludicola focureae	Incêndios	Prevenção e combate de incêndios	Relatórios anuais de incêndio e verificação de medidas de proteção da área
	Contaminação da água	Cumprimento dos procedimentos operacionais	Análise de qualidade da água superficial
	Perda de Habitat	Vigilância patrimonial	Pesquisa para monitoramento populacional da espécie

Tabela 2: Medidas de proteção Pseudopaludicola facureae

PROGRAMA DE ELIMINAÇÃO DE EXÓTICAS DAS ÁREAS DE CONSERVAÇÃO

Este programa orienta o controle e monitoramento das espécies exóticas, invasoras ou não, em áreas de conservação das fazendas do escopo de certificação FSC.

Justifica-se pelo favorecimento e o desenvolvimento de espécies nativas nas Áreas de Preservação Permanente (APP) e de Reserva Legal (RL), uma vez que as espécies exóticas arbóreas podem competir e prejudicar o desenvolvimento da flora nativa. O objetivo do programa é reduzir o passivo ambiental de áreas com fragmentos e/ou árvores isoladas de pinus e eucalipto nas áreas de conservação e garantir o atendimento à legislação ambiental, além de monitorar as taquaras que são utilizadas para contenção dos barramentos.



08 PLANEJAMENTO FLORESTAL

O planejamento florestal da LDC objetiva nortear a gestão da companhia em três esferas: estratégica, tática e operacional para atingir metas temporais de longo, médio e curto prazo.

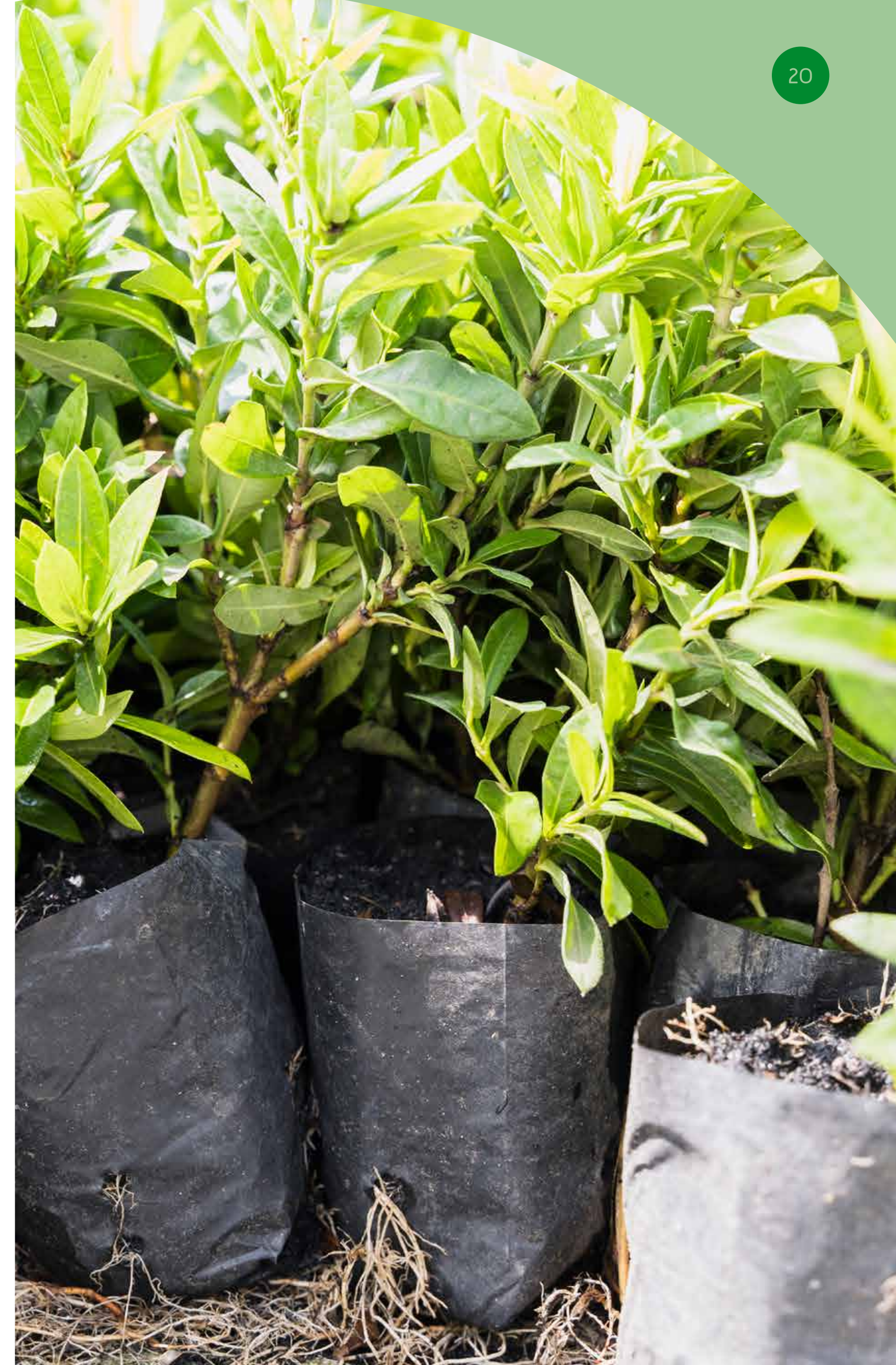
O planejamento de florestas plantadas envolve uma abordagem integrada que considera aspectos ambientais, sociais e econômicos, promovendo a sustentabilidade e o desenvolvimento equilibrado. Do ponto de vista ambiental, é fundamental escolher espécies adequadas, promovendo a diversidade. As florestas podem atuar como sumidouros de carbono, contribuindo para a mitigação das mudanças climáticas e a preservação da qualidade do solo e da água.

Em relação aos aspectos sociais, o envolvimento da comunidade local é crucial, pois a criação de empregos nas etapas de plantio, manejo e colheita fortalece a economia local e melhora a qualidade de

vida. Economicamente, é importante ter em mente a viabilidade das florestas plantadas, que promove o desenvolvimento social, geração de riquezas.

Em resumo, o planejamento de florestas plantadas deve ser uma prática holística que integra esses três aspectos, assegurando a sustentabilidade e o bem-estar das comunidades, ao mesmo tempo em que contribui para a saúde dos ecossistemas.

Outro pilar do planejamento é monitorar a qualidade da floresta a partir de inventário florestal através de parcelas permanentes para medições contínuas e parcelas temporárias no inventário pré-corte para a estimativa mais precisa do volume de madeira.



09 OPERAÇÕES DO MANEJO FLORESTAL

As operações da LDC são desenvolvidas de acordo com os tratos silviculturais descritos a seguir.

Seleção e aquisição de mudas

A LDC busca selecionar e adquirir mudas de qualidade, com boa conformação, livres de pragas e doenças. Os clones são escolhidos com base na adaptabilidade edafoclimática, resistência a pragas e doenças endêmicas à região do empreendimento e especificação da LDC para os fins de utilização da madeira.



Figuras 8 e 9: Mudas distribuídas nas bancadas de rustificação

Preparo do solo

A operação de preparo do solo, descrita em procedimento específico, consiste na limpeza e revolvimento mecanizado do solo, de forma localizada ou em área total, com o objetivo de garantir a qualidade da operação de plantio e o bom estabelecimento e desenvolvimento das mudas na área.

Figura 8: Trator pesado tracionando o subsolador ripper e o detalhe da haste

Figura 9: Roçadeira em área de implantação e em sub-bosque.

Limpeza da área

Consiste na retirada de empecilhos para garantir boa qualidade nas operações subsequentes. Essa etapa consiste em duas atividades: a roçada mecanizada e o rebaixamento de tocos. Para a roçada mecanizada, após verificar o equipamento e o implemento agrícola, este é posicionado na área de forma que quebre mecanicamente o material lenhoso da área.

O rebaixamento de toco é realizado somente quando há a necessidade. Ações de inspeção e manutenção preventiva do implemento são essenciais para garantir a segurança dos colaboradores e evitar contaminação ambiental. Os tocos são rebaixados ao nível do solo, evitando a retirada da camada superior do solo.

Figura 10: Grade realizando manutenção de aceiro.

Gradagem

A operação de gradagem tem o objetivo de romper blocos de terra e nivelar o terreno, assim como incorporar fertilizantes e corretivos no solo. Após a verificação do equipamento e definição da entrelinha de operação a gradagem é realizada com um corte de no mínimo 5 cm.

Figura 11: Operação de Subsolação

Adubação

Para emissão da recomendação de adubação e calagem de todas as fazendas da LDC consideram-se os resultados das análises de solo, a produtividade potencial esperada para a floresta e o aporte de nutrientes proporcionado pela manutenção dos resíduos de colheita na área quando esta operação for realizada.

A partir destas informações, é feito o balanço nutricional entre a demanda de nutrientes pela floresta e a capacidade de suprimento do sítio (solo mais resíduos de colheita) gerando como resultado a quantidade de nutrientes que devem ser aportada via fertilizante e calcário. Na implantação das florestas, é adotado o sistema de cultivo mínimo do solo, com o preparo de solo restrito a linha de plantio.

Figura 12:
Equipamento para
adubação de cobertura

10 MANEJO INTEGRADO DE PRAGAS E DOENÇAS (MIPD)

A LDC possui uma parceria com a Dexco para o manejo integrado de pragas. Os métodos visam manter a produtividade florestal considerando a saúde e segurança dos colaboradores e a conservação ambiental.

O manejo de pragas da LDC segue a linha de proteção florestal empregada na parceira Dexco e os conceitos do Manejo Integrado de Pragas (MIP), que prioriza as técnicas aplicáveis ao manejo das principais pragas da cultura do eucalipto para evitar prejuízos à floresta.

A empresa realiza o monitoramento contínuo de pragas, doenças e plantas daninhas, fazendo vistorias periódicas em suas áreas. O objetivo é detectar precocemente a ocorrência de pragas e doenças, bem como avaliar o nível de competição do eucalipto com as ervas daninhas. Os programas são aplicados considerando o clima da região do Triângulo Mineiro, o material genético com a seleção de árvores resistentes a pragas e doenças e a conservação das áreas nativas.



11 INCÊNDIOS FLORESTAIS

A prevenção e o combate aos incêndios florestais é assunto de extrema importância para a LDC e de grande atenção dos colaboradores. A empresa disponibiliza treinamentos constantes de formação de brigadistas, realiza campanhas anuais de conscientização da população do entorno das áreas florestais, e ainda possui uma Central de Monitoramento que utiliza de sensores, câmeras, informações de satélites e drones, análise climática e software especializado para realização do monitoramento das fazendas que acontece 24 horas por dia, a fim de reduzir o tempo de identificação e combate aos focos de incêndio

Campanha de prevenção à incêndios

Como parte das ações de engajamento nas áreas florestais, a equipe de relacionamento com

consultoria ambiental especializada, realiza a campanha de prevenção à incêndios florestais, divulgando as orientações e os recursos que a empresa tem disponível para minimizar os impactos em suas áreas devido as queimadas, buscando a conscientização da população quanto a prevenção de incêndios e preservação ambiental. Também são disponibilizados brindes e material informativo com os contatos da LDC para reforçar o uso dos canais de comunicação para sinalização de possíveis focos de incêndio.



Figura 13: Material com canais de comunicação da Campanha de Prevenção à Incêndios Florestais



Figura 14: Visita aos vizinhos das fazendas da LDC no âmbito da Campanha de Prevenção à Incêndios Florestais



Figura 15: Visita aos vizinhos das fazendas da LDC no âmbito da Campanha de Prevenção à Incêndios Florestais

12 GESTÃO AMBIENTAL

A LDC tem o grande compromisso de adotar as melhores práticas ambientais e conservacionistas para garantir a sustentabilidade em seus projetos.

Gerenciamento de resíduos sólidos

O gerenciamento dos resíduos sólidos gerados pelo manejo florestal é baseado nos princípios da redução na geração, na maximização da reutilização, na reciclagem, na sua apropriada disposição e destinação final.

Diferentes operações florestais geram resíduos diversos, cujo armazenamento e destinação estão sujeitos a controles legais e internos da empresa dentre os quais destacam-se:

- a) Prevenir o abandono de materiais estranhos no ambiente da floresta plantada e das áreas de conservação.
- b) Colocar embalagens vazias de agrotóxicos, adubos e calcário em recipientes adequados, quando for o caso, e armazená-las em depósitos também adequados e identificados.
- c) Identificar o local de armazenamento das embalagens de agrotóxicos com placa apropriada com a palavra “Veneno”.
- d) Colocar peças danificadas de máquinas e equipamentos, materiais absorventes utilizados para retenção de óleos e graxas, embalagens de peças ou de produtos químicos gerados na manutenção de máquinas e equipamentos em recipientes adequados até a destinação final.
- e) Armazenar baterias automotivas em local livre de chuva, sobre estrado e não encostadas nas paredes até que sejam devolvidas ou trocadas nos postos de recebimento desse material.
- f) Encaminhar baterias e pilhas, permitidas pela legislação, aos postos de recolhimento da fábrica da LDC para a destinação final. Esses materiais não podem ser lançados no campo ou nos coletores de lixo de varrição.
- g) Armazenar e encaminhar lâmpadas de mercúrio e outros tipos de lâmpadas “frias” aos postos de recolhimento da fábrica da LDC para a destinação final. Essas lâmpadas, novas ou usadas, não devem ser furadas ou quebradas, pois liberam poluentes perigosos. As embalagens das lâmpadas novas devem ser guardadas, pois se trata do melhor recipiente para armazenar e destinar as lâmpadas usadas.
- h) Colocar toalhas sujas retornáveis, usadas principalmente na manutenção mecânica, nos recipientes próprios para coleta e transporte para a empresa que faz o tratamento e recuperação desse material.
- i) Colocar marmitex (material de alumínio), plásticos e papéis das refeições, utilizados no campo ou nos restaurantes em recipientes adequados. Restos de comida devem ser removidos do marmitex e enterrados.
- j) Estabelecer os locais de armazenamento de resíduos e fornecer recipientes adequados para cada tipo de resíduos para uso no campo e nos depósitos são atividades observadas pelos Supervisores no campo.
- k) Estabeleces o destino de cada tipo de resíduo, considerando as variáveis ambientais, legais e econômicas de interesse corporativo, definido pelo Grupo de Resíduos Corporativo, são atribuições a área de Meio Ambiente.

Controle dos aspectos e impactos ambientais

Os aspectos e impactos de cada atividade estão descritos no documento LAIA (Levantamento de Aspectos e Impactos Ambientais). Este documento estabelece uma sistemática para identificação dos aspectos e avaliação dos impactos ambientais das atividades da que possam ser controladas e sobre as quais a empresa tenha influência, bem como da identificação de riscos e oportunidades de melhoria para o Sistema de Gestão.

Salvaguardas ambientais

Na realização e planejamento das atividades operacionais, cuidados ambientais são levados em consideração em função dos riscos e impactos de cada operação.

Os procedimentos de controle operacional dos aspectos e impactos ambientais objetivam a conservação dos recursos naturais dentro do manejo das plantações florestais e tomam por base, naquilo que for aplicável, as diretrizes e conceitos estabelecidos no LAIA. Este documento considera a relação de aspectos e impactos ambientais com potencial de ocorrência no manejo florestal e as medidas de prevenção, mitigação e/ou correção aplicáveis no controle operacional.

Figura 16: Plantações da LDC

13 POLÍTICA DE QUÍMICOS

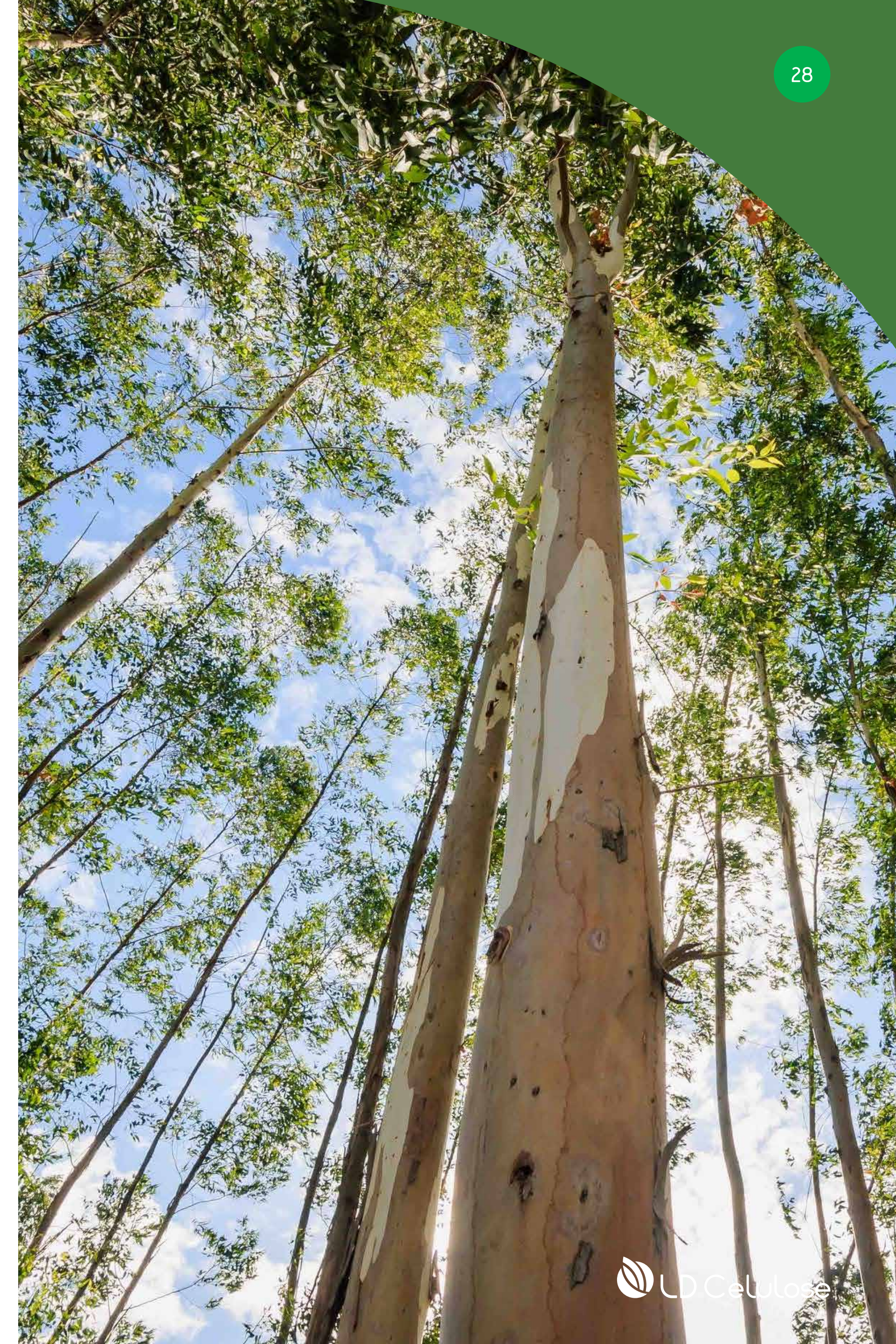
O uso de agrotóxicos é a alternativa utilizada quando os demais controles de pragas não são suficientes. Trata-se de importante ferramenta para o bom manejo das florestas, que pode ser usada sempre que necessário, mas com atenção diferenciada de controle. Na LDC, consideram-se sempre os aspectos legais e as políticas vigentes de químicos do FSC relacionados ao uso de agrotóxicos, à segurança dos colaboradores e à conservação do meio ambiente.

A LDC não utiliza agrotóxicos de classes 1A e 1B de acordo com a classificação da Organização Mundial da Saúde (OMS). Em parceria com a Dexco, a LDC elaborou as avaliações de risco socioambiental dos produtos utilizados no manejo florestal.

A metodologia a empregada pela LDC na aquisição emprego de produtos químicos e agroquímicos, sistematiza o controle destes produtos por meio dos elementos a seguir.

- a) Emissão de receituários agronômicos.
- b) Uso de Fichas de Informação de Segurança de Produtos Químicos (FISPQ).
- c) Uso de Ficha de Dados de Segurança de Resíduos Químicos (FDSR).
- d) Aplicação dos rótulos na devolução de produtos e embalagens.
- e) Armazenamento e transporte adequados.
- f) Treinamento dos colaboradores envolvidos.
- g) Utilização de EPI e realização de exames ocupacionais periódicos.
- h) Controle de inventários de locais de armazenamento para produtos e embalagens.
- i) Rastreabilidade aos locais de aplicação para produtos e embalagens.
- j) Controle dos resíduos gerados e devolução das embalagens vazias após a tríple lavagem.

Ademais, no tocante a pesticidas, aplicam-se o MIPD e as ARAS - Análise de Risco Ambientais e Sociais da LDC de acordo com as políticas e listas de Pesticidas Altamente Perigosos (PAPs) do FSC.



14 ASPECTOS SOCIO-ECONÔMICOS

Sustentabilidade - Relacionamento com a comunidade

Na LDC, a equipe de Relacionamento com a Comunidade realiza a avaliação de potenciais impactos sociais na vizinhança e comunidades de entorno das Unidades de Manejo Florestal associados à atividade florestal.

A equipe é responsável pela identificação, caracterização, informação e engajamento dessas partes interessadas, pelo recebimento e resolução de demandas, e pelo desenvolvimento de programas de investimento social e de mitigação, como o Programa de Comunicação Social.

Programa de comunicação social

O Programa de Comunicação Social tem grande importância na mitigação dos impactos negativos e a potencialização dos positivos identificados na avaliação de impacto ambiental da LDC e adquire importante papel de divulgação, mediação e diálogo com as partes interessadas e com os demais programas da LDC. Dentre as ações desse programa estão o engajamento com partes interessadas, divulgação do mecanismo de queixa e resolução de reclamações advindas da comunidade.

Engajamento

Relacionamento transparente, fortalecendo o engajamento e a confiança das comunidades localizadas nas áreas de influência do empreendimento, principalmente com as comunidades afetadas de maneira mais direta, no entorno das áreas florestais. A forma de comunicação é realizada conforme o grupo de

stakeholders (partes interessadas), seguindo perfil, grau de engajamento, interesse e urgência da comunicação. Além disso, é realizado o monitoramento de possíveis impactos através do microplanejamento realizado antes de todas as operações de silvicultura e colheita, o que possibilita mapear e minimizar os problemas.

Gestão de Demandas de Partes Interessadas (DPIs)

Com o objetivo de divulgar os canais de comunicação e atender demandas da comunidade, a LDC realiza visitas periódicas aos vizinhos do empreendimento, incluindo as áreas florestais, para estreitar as relações com a vizinhança e aproximar a empresa das comunidades na qual está inserida. Nas abordagens é entregue um folder com informações sobre a empresa e os canais de comunicação, como telefone 0800 (Disk LD Celulose) e e-mail, destinados ao recebimento de dúvidas, reclamações e solicitações.

Como parte do Programa de Comunicação Social, as demandas recebidas da comunidade são registradas. Estas podem conter solicitações, informações, reclamações, dentre outras categorias.

Após identificação, são analisadas, cadastradas e direcionadas para a área responsável para resolução e acompanhadas até o fechamento para monitorar as tratativas de forma assertiva.

Diálogos com a comunidade

A LDC realiza diálogos com os moradores das fazendas vizinhas e comunidades próximas às rotas de transporte, onde são compartilhadas informações sobre as operações da empresa e os canais de comunicação disponíveis. Além disso, os moradores são ouvidos sobre suas percepções em relação às atividades e ao manejo da empresa. Essas informações são utilizadas na caracterização das comunidades com as quais a LDC se relaciona.

Programa de Educação Ambiental

Desde 2020, a LDC realiza ações do Programa de Educação Ambiental (PEA) para fortalecer o relacionamento com a comunidade e promover conhecimento e conscientização sobre questões ambientais. As principais ações e temas do PEA foram definidos com base em um Diagnóstico Socioambiental Participativo, feito com os principais grupos sociais da Área de Abrangência da Educação Ambiental (ABEA).

Dentre as principais atividades desenvolvidas pelo PEA, destacam-se as ações a seguir: conscientização com os atores locais sobre o descarte correto de resíduos, divulgação da importância do uso consciente dos recursos naturais, preservação da fauna e flora, construção de hortas e composteiras em escolas da região, desenvolvimento de edital para apoio e fomento à projetos socioambientais, visitas ao Centro de Educação Socio Ambiental (CESA), produção de livro de histórias, contos e saberes com alunos da rede de ensino de Estrela do Sul, dentre outras atividades.



Investimento Social Privado

A LDC criou o Plano de Investimento Social Privado (PISP) para promover o desenvolvimento sustentável nas comunidades e apoiar o desenvolvimento humano.

O PISP fornece ferramentas para que governos e sociedade civil avancem de acordo com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), utilizando o financiamento social privado. Suas ações são divididas em áreas como Gestão Pública, Direitos Humanos e Educação e Desenvolvimento Regional.

O PISP é conduzido por meio de programas, projetos e parcerias, tais como o "Programa Na Mão Certa" e "LD Pelos Direitos", desenvolvidos em parceria com a ONG Childhood Brasil que atua no combate ao abuso, exploração sexual e violência contra crianças e adolescentes.

Também podemos citar o Projeto de Planejamento Estratégico de Governo voltado ao apoio à gestão pública dos municípios da região e Programa Mió Mel, que atua na geração de emprego e renda por meio do desenvolvimento e/ou fortalecimento da apicultura na área de atuação da LDC.



15 GESTÃO DE SAÚDE E SEGURANÇA OCUPACIONAL [SSO]

A LDC preocupa-se em proporcionar a seus colaboradores condições de trabalho adequadas para o bom desempenho de suas funções, visando eliminar e reduzir possíveis causas de acidentes. Todo trabalho deve ser realizado com segurança, seguindo as regras e procedimentos de proteção às pessoas.

Realizam-se avaliações de segurança e saúde no trabalho, que são ferramentas de fundamental importância dentro do Sistema de Gestão de Segurança no Trabalho, onde periodicamente a LDC e as demais empresas prestadoras de serviços são avaliadas quanto ao atendimento às normas de saúde e segurança e legislação pertinente.

Os Técnicos de Segurança realizam inspeções nas frentes de operação visando identificar, orientar e corrigir desvios de eventuais irregularidades ou não conformidades em relação à legislação pertinente. Ocorrendo acidentes nas áreas da LDC, estes são investigados e analisados visando identificar as causas prováveis e adoção de medidas preventivas e corretivas.

A LDC se compromete, a partir dos seus valores a segurança do trabalho, com o atendimento da Norma Regulamentadora 31 (NR 31), que estabelece as diretrizes e obrigações para garantir a segurança e a saúde dos trabalhadores rurais, abrangendo desde a agricultura até a aquicultura. O cumprimento dessa norma é fundamental para prevenir acidentes, doenças ocupacionais e garantir um ambiente de trabalho seguro e saudável no campo.

A LDC assegura o fornecimento de água potável aos seus trabalhadores no campo, com qualidade e livre de contaminantes. A quantidade também é crucial,

especialmente em atividades que exigem grande esforço físico. Bebedouros devem ser acessíveis e localizados em áreas estratégicas, como próximo aos locais de trabalho e descanso.

As refeições são variadas e nutritivas, fornecendo os nutrientes necessários para a realização das atividades. Os alimentos são armazenados em condições adequadas para evitar a contaminação e a deterioração, o local destinado às refeições é limpo, coberto e protegido de insetos e outros animais.

16 MONITORA- MENTOS E AVALIAÇÕES

O Plano de Monitoramento Florestal da LDC aborda os contextos operacional / econômico, social externo, social interno e ambiental, com base nos elementos a seguir.

- a) Área ou função implicada.
- b) Indicador de desempenho, em termos de Key Performance Indicator [KPI].
- c) Data de implementação do indicador.
- d) Status do Indicador.
- e) Métrica, base de cálculos ou outras referências.
- f) Métodos e/ou critérios envolvidos (procedimentos, manuais, funções de sistemas de informações, etc.).
- g) Metas e limites de controle, quando existentes.
- h) Intervalo ou frequência de medição do monitoramento.
- i) Abrangência do indicador.
- j) Registro de evidência dos resultados de monitoramento.

- k) Processo / responsável pela verificação do monitoramento.
- l) Gestor responsável pelo monitoramento.
- m) Estratégia de divulgação do indicador.

Os resultados do monitoramento são submetidos anualmente à avaliação [análise crítica] formal e documentada, de modo a verificar e validar as tendências de tais resultados e a eficácia de medidas prévias adotadas, bem como e deliberar sobre novas medidas e planos de ação para reverter tendências indesejadas.

Resultados do monitoramento

As tabelas a seguir mostram os principais resultados do monitoramento sobre o desempenho das operações florestais da LDC.

Indicadores Ambientais e AAVC					
Tema	Indicador	Unidade	Resultado	Meta	Meta atingida?
Controle de exóticas invasoras	Controle de árvores exóticas em áreas de conservação	%	81,57	Cumprir o mínimo 75% do cronograma anual de remoção de árvores exóticas em áreas de conservação	Sim
Adequação e recuperação de áreas degradadas	Áreas em recuperação	%	100	100% das áreas que necessitam de adequação antes do plantio de acordo com a programação para o corte no ano	Sim
Recursos naturais	Qualidade da água superficial	%	97,19	Atender 100% dos parâmetros estipulados pela Resolução CONAMA nº 357	Não
Biodiversidade	Definição de espécie bioindicadora de fauna e flora para preservação do cerrado	Espécie referência	0	Definir ao menos uma espécie referência como bioindicador para a preservação do Bioma Cerrado no prazo de 2 anos	Não
	Corredores ecológicos	%	100	Levantar os fragmentos de ligação dos corredores ecológicos de 100% das áreas arrendadas em 10 anos	Sim
	Registros de avistamento de fauna	Nº de registros	187	Alcançar 100 registros de fauna no programa de avistamento em 1 ano	Sim
	Controle de incêndio na AAVC	Nº de registros	0	Não haver incêndio na AAVC	Sim
	Registro da espécie Pseudopaludicola facureae durante monitoramento	-	Na campanha de 2024 não foi encontrada a espécie Pseudopaludicola facureae na área de ocorrência	Encontrar a espécie Pseudopaludicola facureae no monitoramento.	Não

* Estudo em andamento para definição das espécies de referência.

Tabela 3: Resultados ambientais e AVC

Indicadores econômicos					
Tema	Indicador	Unidade	Resultado	Meta	Meta atingida?
Consumo de insumo agrícola	Aplicação de fertilizantes	%	98	100% do atendimento à recomendação técnica. Varia de acordo com insumo aplicado.	Não
Consumo de defensivos agrícolas	Aplicação de defensivos	%	99	Atendimento à recomendação técnica. Varia de acordo com insumo aplicado.	Não
Incêndios	Incêndios em plantações e coberturas nativas	ha	118,45	Programa de PLR, com meta de zero hectares perdidos por queima	Não
	Perda de volume de madeira (incêndio, pragas e doenças)	m³	0	Programa de PLR, com meta 30.000 m³ de madeira perdida	Sim
	Levantamento de florestas após 45 dias	%	95,7	A meta de qualidade para florestas aos 45 dias após o plantio foi mantida em 96%.	Não

Tabela 4: Resultados operacionais / econômicos

Indicadores Sociais					
Tema	Indicador	Unidade	Resultado	Meta	Meta atingida?
Gestão de Demandas de Partes Interessadas (DPIs)	DPIs respondidas no prazo	%	96	Ocorrências (Queixas) respondidas com prazo inferior ou igual a 10 dias	Sim
	DPIs com Queixas	%	+14,58	Redução de 20% das ocorrências (Queixas) com tipo reclamação em relação ao ano anterior	Não
	Avaliação de Efetividade do Diálogo Operacional	%	97	Satisfação >70% com a efetividade dos diálogos realizados	Sim
Monitoramento Socioambiental	Visitas Campanha de Prevenção a Incêndio	%	96,4	Realização da Campanha de Prevenção de Incêndio, com os vizinhos e comunidades do entorno, em 95% das áreas florestais	Sim
RH	Treinamento de novos admitidos	%	100	100%	Sim
	Horas de treinamento por colaborador	horas	24,93	60	Não
Segurança do Trabalho	Taxa de frequência de acidentes (próprios e terceiros)	-	TF ACA = 0,74 TF ACA + ASA = 0,74	TF ACA <= 2,90 TF ACA + ASA <= 3,70	Sim
	Taxa de gravidade	-	11,16	90	Sim

Tabela 5: Resultados sociais



17 CADEIA DE CUSTÓDIA

O Plano de Manejo Florestal confere apoio fundamental às cadeias de custódia dos produtos certificados que irão compor o roll de produtos LDC. Fica prevista a aplicação de planos de contingência quando as porcentagens mínimas não puderem ser atendidas. A produção será controlada no longo prazo, mantendo-se atualizadas as estimativas de produção para períodos de pelo menos 2 ciclos florestais (14 anos).

Caso seja necessária a aquisição de matéria-prima controlada, será avaliado a proporção mínima de madeira certificada pelo FSC e de fonte controlada para manter a certificação FSC.

Madeira controlada

Dada a necessidade eventual de madeira de origem não certificada, só se aceitam no processo madeira de origens controladas de acordo com as diretrizes do FSC.

Para assegurar que não haja entrada de madeira oriunda de fontes ilegais, a LDC se compromete, por meio de Due Diligence, a realizar uma série de verificações pertinentes a toda cadeia de fornecimento na compra de madeira em pé, tais como auditorias de fornecimento, análises de risco e consulta às partes interessadas, dentre outras.





ldcelulose.com.br